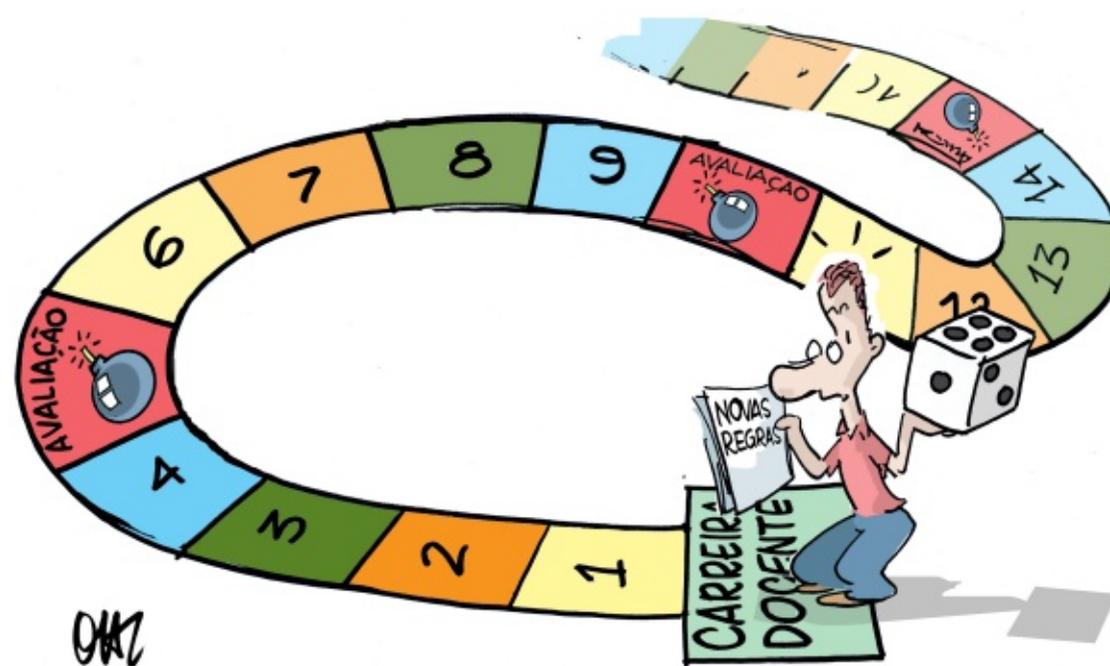


Mudanças na carreira e nós às carreiras?

É preciso que estejamos em alerta para impedir que a exacerbação do produtivismo se agrave ainda mais. Isso porque o reitor, na última reunião do Conselho Universitário (Co) de 14/9, anunciou a intenção de manter os níveis horizontais (dois na categoria MS3 e três na MS5) incorporados à carreira docente, em tumultuado processo de votação, durante a reunião do CO de 4/3/09. Além dessa intenção, João Grandino Rodas anunciou também a constituição de uma nova comissão do Co incumbida de elaborar, em 45 dias, um conjunto de critérios e procedimentos destinados a julgar os pretendentes à progressão horizontal na carreira.

Existe alguma motivação claramente acadêmica que justifique a inclusão desses níveis horizontais na carreira docente?

Pelos argumentos que circularam, antes e depois dessa deliberação do Co, por parte dos que defendiam essa modificação na carreira, não encontramos nenhuma motivação acadêmica. Já que o reitor quer implementar a reforma da carreira, que ainda está *sub judice* em função das ações da AduSP em 2009, é importante lembrar seus



dois argumentos apresentados em debate promovido pela AduSP em 19/2/09. Primeiramente, ele afirmara que a carreira já não era atrativa para os melhores docentes, pois os salários estavam “significativamente abaixo do mercado. (...) Não podemos deixar que a carreira vá se esvaindo.” Uma segunda razão seria a permissão para que os eventuais Associados 3 se tornem chefes de departamento ou até diretores de unidade. “Nas projeções que fizemos, vamos perceber que vai mudar de forma substancial a participação em chefia”, afir-

mara Rodas naquele debate (*Informativo AduSP* 275). Como vemos, nenhuma razão acadêmica foi então apresentada. E hoje, existe alguma?

Não haverá outras formas de valorizar a carreira sem misturar reajuste salarial e carreira docente? E a estrutura de poder não deveria ser democratizada, como manda a Constituição Federal e como a regulamenta a LDB?

Para tratar da primeira pergunta, vamos relembrar algo de mais de vinte anos sobre carreira e salário, sem embalar-las.

A última reformulação ge-

ral do Estatuto da USP, ocorrida em 1988, aprovou a carreira docente que ainda está em vigência. Uma outra carreira foi encaminhada à Reitoria e ao Co, como parte da proposta de Estatuto emanada do III Congresso da USP, realizado em 1987, por AduSP, Asusp (futuro Sintusp) e DCE. Essa carreira docente difere da atual em dois pontos. O primeiro diz respeito ao início da carreira docente em Professor Assistente, portador do título de Mestre. O outro está relacionado à criação do título/função de Professor Pleno.

Reproduzimos aqui um parágrafo do caderno da AduSP *Carreira docente em Debate*, publicado em agosto de 2009: “Para finalizar essas breves reminiscências, cabe mencionar que esse debate em torno de antecipar o início da carreira para o nível de mestrado deve ser contemplado hoje com muita atenção. Nestes dias, quando a USP apresenta uma média de idade de seus docentes em torno dos 55 anos, é mais atual estudar de que forma viabilizar formalmente a possibilidade de ingresso na carreira docente de mestres e, eventualmente, graduados. A formação do quadro docente jovem, integrando de forma séria e competente ensino, pesquisa e extensão, tem tudo para promover a verdadeira autonomia universitária que privilegia a liberdade plena na produção do saber.”

Assim, o acesso, exclusivamente por concurso público, e a progressão na carreira docente acima indicada, acoplados a um bom salário inicial e aos adicionais por tempo de serviço (quinquênios), e tendo o RDIDP como o regime preferencial de trabalho, deveriam se constituir nos prin-

continua na p. 2

Assembleia da AduSP

26/10, 3ª feira, 17h, Aud. Adma Jafet (IF)

Pauta: Carreira docente / Valorização do início da carreira

continuação da capa

cípios básicos da carreira docente e do contrato regular de trabalho. Não podemos ignorar, quando falamos de salários, que para retornar aos valores de 1989, ano em que foi assinada a autonomia universitária vinculando os recursos orçamentários das universidades estaduais a uma parcela do ICMS, os salários atuais deveriam ser reajustados em cerca de 30%. Cabe lembrar aqui que o reajuste de 6% que os docentes tiveram a partir de fevereiro último foi tratado pelo Cruesp como uma reestruturação da carreira!

Por outro lado, o Fórum das Seis encaminhou uma proposta de valorização do início da carreira docente que, eventualmente poderia partir desses 6% do Cruesp. Com esses elementos teríamos condições de organizar nosso trabalho acadêmico com qualidade, sem nos submetermos aos rigores de um ritmo de trabalho alucinante, como denunciávamos no *Informativo Adusp* 311. E poderíamos melhorar os salários sem introduzir os níveis horizontais.

Já estamos correndo! Não seria melhor evitar que nos atropelemos mutuamente às carreiras?

Maior procura por atendimento no Hospital Universitário revela deficiências

“Se o senhor quiser fazer esse exame procure um plano privado”. Assim manifestou-se um médico do Hospital Universitário (HU) quando o professor Manoel Fernandes, presente no local, dirigiu-se a ele solicitando um exame. A frase do médico sugere que somente desse modo o professor da FFLCH evitaria a longa espera que tem caracterizado os serviços do Departamento de Saúde, Segurança e Medicina do Trabalho da USP (antigo Sisusp).

“É muito difícil fazer agendamento de consultas [via telefone e internet]. Existem dias específicos para determinadas especialidades. A espera chega a durar dois meses”, observa o professor Fernandes. No seu entender, são escassos os equipamentos médicos que poderiam acelerar os atendimentos e diminuir as filas: “A percepção que tenho é a de um desmonte. Os médicos não têm condições adequadas de traba-

lho e existe uma burocratização do serviço”.

Um servidor do HU, que prefere não se identificar, relatou ao *Informativo Adusp* que nos últimos meses a instituição não tem conseguido atender à demanda. Segundo ele, num determinado domingo a fila de espera para o atendimento de ortopedia chegou a quatro horas. No plantão só dois médicos ortopedistas atendiam. Os usuários eram “aconselhados” a se dirigirem ao Hospital Regional da Lapa, enquanto na Lapa pacientes recebiam a mesma orientação e chegavam ao HU procurando o mesmo serviço.

Em entrevista recente, cedida ao boletim USP Destques (nº 6, 1/10/2010), o professor Marcos Boulos, diretor do Departamento de Saúde, revelou que está em andamento, a pedido do reitor João Grandino Rodas, a elaboração de um Plano de Saúde para funcionários e professores com vistas a pro-

piciar “benefícios importantes para a comunidade USP”.

Perda de identidade

Ex-diretor do IP e docente aposentado, Arriço Angelini faz uma avaliação positiva dos serviços oferecidos pelo HU, “sobretudo na parte de exames e imagem”, mas queixa-se da demora no atendimento e alerta para a formação de longas filas de espera no atendimento de emergência. Ele vê a situação como uma contingência decorrente dos atendimentos à comunidade externa da USP: “Quando disseram que teríamos um hospital universitário nós imaginávamos que ele seria voltado para os alunos e professores”.

Flávio Alba, também docente aposentado (IF), é antigo usuário do HU, onde chegou a ser submetido a cirurgia. Com retorno marcado e a certeza de mais um mês de espera, contou por que utiliza os serviços do HU: “Como a aposentadoria

é baixa e não dá para pagar seguro [plano de saúde], a gente tolera essa demora horrível”. Questionado sobre as causas da lentidão, o professor comentou: “A gente vê que a quantidade de clientes é grande.

O professor Fernandes, porém, discorda de que o problema do HU se deva à ampliação do atendimento à comunidade externa, ou seja, à integração no Sistema Único de Saúde (SUS): “Receber usuários externos tem a ver com a extensão e com a própria formação dos alunos. O papel do HU é de formar não só estudantes de medicina, mas também de serviço social, enfermagem. A burocratização do acesso fez com que o HU perdesse sua identidade, afastando os usuários”.

Os problemas de atendimento no HU indicam a necessidade de mudanças em sua estrutura de funcionamento e de reflexão sobre suas funções.

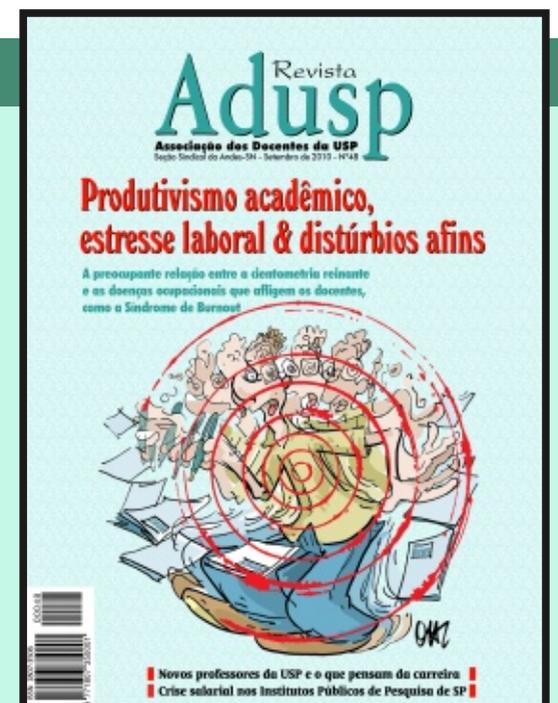
Assédio moral e produtivismo, temas do próximo Sarau da Adusp (22/10)

Revista Adusp 48, que aborda o assunto, será lançada na ocasião

O próximo Sarau da Adusp será no dia 22/10, sexta-feira, a partir das 18 horas, na sede da entidade, na lateral do Antigo Prédio da Reitoria da USP.

No Sarau, será realizado um debate sobre assédio moral e produtivismo acadêmico, para o qual foi convidada a médica e professora Margarida Barreto, especialista na matéria. Será também lançada a edição 48 da *Revista Adusp*.

Além dos comes e bebes, teremos uma “canja” da cantora Beatriz Raposo, docente da FFLCH. Aguardamos sua presença!



Docentes realizam novo Ato Público em defesa do Andes-SN no dia 21/10

A Esplanada dos Ministérios, em Brasília (DF), será palco, nesta quinta-feira, 21/10, de um novo protesto dos docentes das instituições de ensino superior, em defesa do Andes-Sindicato Nacional e contra a interferência do governo na autonomia sindical. O Andes-SN voltou a ser alvo de ataques à sua condição de representante histórico da categoria. A concentração para o Ato Público, que terá

também a participação de outras categorias, ocorrerá em frente à sede do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), a partir das 9 horas.

“O Andes-SN representa mais de 70 mil docentes e continua em expansão. Não admite a cobrança de nenhuma taxa sindical compulsória: mantém-se unicamente da contribuição direta e autorizada dos seus sindicalizados. Condena toda e qualquer submissão dos sin-

dicatos aos governos e aos patrões. E, justamente por manter essa independência, sempre se colocou como obstáculo àqueles que tentam entregar a educação brasileira ao mercado”, afirma a professora Marina Barbosa Pinto, presidenta do sindicato nacional.

Santa Catarina

De acordo com Marina, desde maio deste ano, por ato do MTE, o Andes-SN per-

deu a prerrogativa de representação oficial de uma parcela da categoria que atua em Santa Catarina, o que precisa ser urgentemente revisito. O sindicato nacional entrou com recurso administrativo e vem tentando, desde então, uma solução para o impasse.

Segundo a direção da entidade, “a resposta cabe ao ministro Carlos Lupi que, ironicamente, foi quem restabeleceu o registro sindi-

cal do próprio Andes-SN, em 2009, depois que o sindicato nacional promoveu um grande manifestação na Esplanada dos Ministérios, que reuniu cerca de 2,5 mil pessoas”.

Após o Ato Público, o Andes-SN realiza, de 21/10 a 23/10, seu 5º Encontro Intersetorial, com a proposta de debater estratégias de luta comuns aos professores das universidades federais, estaduais e particulares.

PM acusado da morte da jovem Cícera na San Remo é absolvido

Na quarta-feira de Cinzas do Carnaval de 2007, Maria Cícera Santos Portela, jovem de 24 anos, aproveitava o período final de suas férias na varanda de casa, na favela San Remo. Mais três dias e teria de retornar ao trabalho no restaurante da Faculdade de Educação (FE-USP). Na rua, a comunidade se divertia. A Polícia Militar decidiu intervir. Quando os PMs deixaram o local, Cícera estava morta. “Eles chegaram na viatura e foram atirando nas pessoas”, explicou ao *Informativo Adusp* dona Maria Aparecida dos Santos, mãe da jovem, ao rememorar o episódio na semana passada.

No último dia 13/10, também uma quarta-feira, o PM José Álvaro Pereira da Silva, acusado de ter feito o disparo que matou Cícera, foi absolvido pelo 5º Tribunal do Júri da capital, numa votação apertada: 4 votos a 3.

De acordo com o advogado Luis Carlos Matos Filho, que atuou como assistente de acusação, o fator determinante da absolvição do PM foi a inexistência de confron-

to balístico, ou seja, não houve o exame do projétil que matou a jovem, que permitiria saber se ele foi ou não disparado pela arma de José Álvaro. A razão para não ter havido o confronto balístico: o projétil extraído do crânio de Cícera foi extraviado, conforme atesta certidão do delegado de polícia que atuou no caso.

“O próprio PM afirmou que fez dois disparos para o alto. Ficou claro que ele estava no local, que avançou sobre a multidão. Mas a defesa se baseou na inexistência do confronto balístico”, disse Matos Filho, que representou a família de Cícera no julgamento.

A mãe da jovem acreditava na condenação do PM: “Esperava uma coisa e foi outra. Saí de lá como se estivesse vindo do enterro da minha filha. Foi ele que tirou a vida da minha filha”, declarou dona Maria Aparecida, que também trabalha na FE-USP. “Dos PMs que estavam com ele, suas testemunhas, e dele, só ouvi mentiras”, relata.

Adusp Ribeirão Preto inaugura nova sede com festa

Uma festa com yakissoba e boa música ao vivo marcou a inauguração da nova sede da Adusp em Ribeirão Preto, na sexta-feira, 8/10. Trata-se de um espaço acolhedor, localizado na edícula do antigo Clube do Professor, em frente ao Museu do Café, na entrada do campus.

Evandro Navarro, cantor e compositor de Ribeirão Preto, divertiu os convidados com uma letra satírica bolada na própria festa, numa homenagem antecipada ao Dia do Professor (15/10). “É fundamental fazer esse tipo de coisa”, comenta o professor José Marcelino (FFCL-RP). “Recuperou os bons tempos do Clube do Professor”.

O professor Plauto Watanaabe (FO-RP), um dos organizadores da festa e o cozinheiro responsável pelo yakissoba, considera que iniciativas desse tipo são importantes para aju-



A nova sede

dar a quebrar o produtivismo acadêmico “que todo mundo sabe e vive” e que permeia tudo na USP hoje: “Talvez a gente precise dos momentos de descontração para trazer as pessoas, criando um outro tipo de relacionamento”.

Confraternizações de docentes, em ambientes descontraídos, podem enriquecer as discussões de temas



Evandro animou a festa

importantes, acredita Plauto, e com isso combater a “selvageria” e a competição existentes hoje na universidade.

Debate sobre previdência e carreira docente na Esalq

A Regional Piracicaba da Adusp realiza, no dia 19/10 (terça-feira), às 17h30, na sala C 01 do Departamento de Ciências Florestais, o debate “Previdência e Carreira Docente na Esalq”. O principal debatedor será o professor doutor Gustavo Assed Ferreira, da Faculdade de Direito de Ribeirão Preto (USP). Informações: (19) 3432-3033 ou pelo e-mail jisleine@adusp.org.br.

Passados seis meses, juiz se manifesta na ação do Gatilho

Em resposta à petição da Adusp de abril de 2010 (www.adusp.org.br), o juiz da causa se manifestou pela execução da parte da sentença relativa aos gatilhos não pagos, ou pagos em atraso, em 1987. No despacho, publicado em 6/10, o juiz afirma:

“O objeto da presente ação, que foi acolhido, resume-se ao pagamento de valores em atraso decorrentes da não concessão de reajustes na época própria, disciplinada pela lei do gatilho salarial. Assim, torna-se evidente que os reajustes foram dados posteriormente, mas não à época em que deveria o gatilho ter sido disparado. Assim sendo, o apostilamento diz respeito apenas ao direito ao gatilho na época apropriada, pelo percentual apontado na inicial, a título de antecipação salarial. A verdadeira eficácia corresponderá ao pagamento das diferenças, observando-se a compensação dos reajustes efetivamente concedidos. Para que se prossiga na execu-

ção, concedo o prazo improrrogável de 45 dias para a Universidade de São Paulo apresentar nos autos os elementos que possibilitam a realização do cálculo pelo exequente, visando ao artigo 730 do CPC. Intime-se.”

Importante lembrar que a sentença judicial proferida em 2001 impõe que a USP:

(a) incorpore aos vencimentos daqueles que o poder judiciário definiu como fazendo parte do rol de beneficiários, um reajuste de 32,96%;

(b) pague aos mesmos beneficiários as diferenças de vencimentos decorrentes do item anterior desde 1988;

(c) pague aos mesmos beneficiários, com as devidas atualizações, os montantes correspondentes aos gatilhos não pagos no segundo semestre de 1987 e aos pagos com

atraso no primeiro semestre de 1987.

Essa decisão judicial de 2001 foi objeto de recursos interpostos pela Universidade de São Paulo. Em 2005, com o trânsito em julgado de todos eles, deu-se início à tentativa de execução do julgado. A sentença judicial é definitiva, não cabendo mais nenhum recurso por parte da USP. (A sentença, em sua íntegra, pode ser encontrada em www.adusp.org.br).

Recurso ao TJ

O despacho do juiz, ao contemplar apenas o item “c” e desconsiderar os itens “a” e “b”, parece alterar a sentença judicial, o que não podemos aceitar. Seguindo recomendação de nossos advogados, interpusemos recurso de agravo ao Tribunal de Justiça.

Com esse instrumento, pretendemos questionar a decisão do juiz, em instância superior, sem interromper a execução da ação. A Adusp continuará se empenhando, por todos os meios pertinentes, para que o acordo firmado com a USP em reunião realizada em 23/10/2009 seja cumprido. Esse acordo prevê que se inicie a execução da sentença, para a lista incontroversa de beneficiários, com o pagamento das parcelas sobre as quais não há divergência (parcelas incontroversas), correspondentes ao ano de 1987, prosseguindo a execução em separado em relação aos pontos discordantes.

Outro aspecto do despacho do juiz que merece destaque é o prazo de 45 dias que ele concede “para a Universidade de São Paulo apresentar

nos autos os elementos que possibilitam a realização do cálculo pelo exequente, visando ao artigo 730 do CPC”. Isso, além de confirmar o que repetimos muitas vezes – para efetuarmos os cálculos é necessário que a USP forneça as informações sobre salários e proventos (de 1987) dos beneficiários – deixa claro a intenção da nota sobre a ação do gatilho, na segunda edição do *USP Destaques*. Tentando confundir os colegas, a nota dá a entender que a dívida do gatilho não foi paga porque a Adusp não fez as contas.

Com a finalidade de dirimir as dúvidas que beneficiários da ação têm manifestado, vamos promover, em 27/10, uma reunião de esclarecimentos, com a presença de nossos advogados.

Reunião de esclarecimentos sobre a ação do gatilho

data: 27/10/10, 4ª feira, 17h **local:** Aud. Adma Jafet, Instituto de Física

DCE homenageia Alexandre Vannucchi Leme

O Diretório Central dos Estudantes-Livre “Alexandre Vannuchi Leme” homenageou, em 4/10, a memória de seu patrono, estudante do Instituto de Geociências e militante da Ação Libertadora Nacional (ALN) assassinado em março de 1973 pelos agentes do DOI-CODI do II Exército. Alexandre completaria 60 anos na data da homenagem, realizada no Instituto de Matemática e Estatística (IME), onde estava a exposição fotográfica sobre a ditadura militar no Brasil.

Estiveram presentes o ministro Paulo Vannucchi, da Secretaria Especial de Direi-



Professor Zanetic manifesta-se na homenagem

tos Humanos da Presidência da República, primo de Alexandre, e o professor Paulo Sérgio Pinheiro (FFLCH), relator especial da

ONU para a situação dos direitos humanos de Myanmar. O professor João Zanetic representou a Adusp na cerimônia.

Daniel Garcia

Assassinato de Herzog completa 35 anos

No corrente mês, completará 35 anos o assassinato de Vladimir Herzog, diretor de jornalismo da TV Cultura e professor da ECA. A Ditadura Militar pagou caro por este crime, pois não conseguiu impedir a realização de um ato ecumênico em memória de Herzog que levou milhares de pessoas à Praça da Sé, em São Paulo, na primeira grande manifestação pública de repulsa ao regime.

Na cerimônia em homenagem a Alexandre Vannucchi, o presidente da

Adusp citou as dificuldades com que se depararam os docentes da USP em outubro de 1975, ao tentarem reagir ao assassinato de Herzog, que, como o estudante do IGc, também foi torturado e morto no II Exército.

A indignação provocada por sua morte levou os professores à elaboração de um manifesto, à reanimação da antiga Associação de Auxiliares de Ensino e por fim à criação da Adusp, em assembléia, em outubro de 1976.